

## GESTÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL EM SÃO MIGUEL DO GUAMÁ: TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, OCORRIDAS A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

TERRITORIAL MANAGEMENT AND ORGANIZATION IN SÃO MIGUEL DO GUAMÁ: SOCIO-SPATIAL TRANSFORMATIONS, OCCURRED FROM THE SECOND HALF OF THE 20TH CENTURY

Ursula Rodrigues da Silva<sup>1</sup>  
Francisco Emerson Vale Costa<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho fomenta o debate sobre organização territorial em São Miguel do Guamá-PA a partir das modificações urbanas na Amazônia a partir da segunda metade do século XX, período em que houve grandes processos de exploração e modificações nas estruturas urbanas amazônicas. As modificações possibilitaram que São Miguel do Guamá se tornasse um dos maiores polos cerâmicos da região Norte, em decorrência de fatores migratórios e novos interesses pelos recursos naturais. Esses breves apontamentos levam a refletir sobre forma de gestão territorial em São Miguel do Guamá visando atender os diferentes interesses pelo território e assim amenizar possíveis conflitos. Para tal situação compreende-se a importância de analisar as etapas de transformações socioespaciais na região amazônica, para elaborar propostas de gestão territorial que sejam includentes.

**Palavras-chave:** Gestão Territorial. Conflitos territoriais. Amazônia. São Miguel do Guamá. Indústria Cerâmica.

**ABSTRACT:** The present work promotes the debate on territorial organization in São Miguel do Guamá from the urban changes in the Amazon from the second half of the 20th century, a period in which there were great processes of exploration and changes in the Amazonian urban structures. The changes made it possible for São Miguel do Guamá to become one of the largest ceramic centers in the North region, as a result of migratory factors and new interests in natural resources. These brief notes lead us to reflect on the form of territorial management in São Miguel do Guamá in order to meet the different interests in the territory and thus mitigate possible conflicts. For such a situation, it is understood the importance of analyzing the stages of socio-spatial transformations in the Amazon region, in order to develop proposals for territorial management that are inclusive.

**Keywords:** Territorial Management. Territorial conflicts. Amazon. São Miguel do Guama. Ceramic Industry.

---

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e membro do grupo de pesquisa ABC. E-mail: ursularodrigues2013@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGG\UEPA. Líder do ABC - Grupo de pesquisa Amazônia, Bacias Hidrográficas e Cidades (UEPA) emersonvale@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

Desde a colonização portuguesa a Amazônia vem passando por intensos processos de modificações em sua estrutura. A priori, as formas de ocupação se deram as margens dos rios, criando cidades amazônicas importantes a exemplo de Belém, Santarém e Manaus. Com a chegada do ciclo da borracha, no final do século XIX, a Amazônia passou a ser mais visada pelas ações externas, sendo construídos infraestruturas europeias dentro da floresta Amazônica que já causou impactos que atenuaram as desigualdades sociais nas principais cidades amazônicas. No entanto, o século XX expressa uma forma de desenvolvimento sob a perspectiva capitalista, que não teve o objetivo apenas de integrar a região à outras regiões brasileiras, mas explorar seus recursos e atender interesses geopolíticos nacionais e internacionais.

Os projetos de desenvolvimento que foram destinados à Amazônia, reconfigurou o espaço e trouxe modelos de cidades, que não cresceram mais as margens dos rios, mas ao longo das matas de terra firme. Isso se deu à medida que trabalhadores chamados a trabalhar na construção de obras de infraestruturas, exemplo da Belém-Brasília, Projeto Grandes Carajás, Usina Hidrelétrica de Tucuruí, transamazônica etc. foram permanecendo nas áreas e passaram a entrar em conflitos com povos nativos pelo uso dos recursos da floresta. Desencadeando assim, novas tarefas para se pensar o planejamento e organização da gestão territorial na região.

A exemplo das modificações na estrutura da região Amazônia, cita-se as reconfigurações urbanas no município de São Miguel do Guamá, que com a abertura da Belém-Brasília, surge como um município amazônico com diferentes interesses sobre o território, de um lado os povos que utilizam os recursos florestais como forma de subsistência e de outro, perspectivas de lucratividade com tais recursos. Esses fatores são reflexos de urbanizações que não se preocuparam em compreender dinâmicas regionais para planejar e organizar ambientes de acordo com particularidades locais.

Isso nos leva a desenvolver um artigo que apresente propostas iniciais sob gestão territorial em São Miguel do Guamá, pensando as mudanças urbanas que ocorreram a partir da década de 1950, mas sem deixar de prezar pela dinâmica local, respeitando a identidade e a necessidade de gerar emprego e renda no município.

Pensando nisso, algumas hipóteses iniciais sobre a reconfiguração municipal são apontadas para pensarmos propostas cabíveis ao desenvolvimento local.

A primeira hipótese deste artigo, é de que o modelo de desenvolvimento proposto para Amazônia durante a década de 1960, trouxe marcas profundas na reconfiguração urbana dos municípios, acarretando conflitos que se manifestam em decorrência dos diferentes interesses pelo uso dos recursos naturais, a exemplo do que ocorreu em São Miguel do Guamá com a chegada de migrantes a partir de 1960, que foram responsáveis pelo fortalecimento do setor de cerâmicas no Pará. A segunda, aponta para o fato de que modelos de gestão democráticas que respeitem a identidade e os diferentes interesses pelo território ajudam a construir projetos de desenvolvimento mais incluídos. Por fim, compreende-se que os modelos gestão territorial deve levar em consideração a dinâmica de São Miguel do Guamá, compreendendo sua capacidade econômica para gerar emprego e renda, fortalecendo setores que também estão ligados a dinâmica da floresta amazônica.

As hipóteses foram levantadas pela necessidade de compreender os conflitos deixados no município de São Miguel do Guamá a partir das reestruturações urbanas na Amazônia durante a segunda metade do século XX e da incorporação da lógica capitalista no setor cerâmico. Tais fatores foram responsáveis pela migração e utilização dos recursos naturais sob diferentes interesses, de um lado os povos que já possuíam uma relação de sobrevivência com a floresta e de outro os que utilizavam dos recursos para obtenção da lucratividade. Sabendo disso, este trabalho justifica-se pela necessidade compreender as mudanças das quais São Miguel do Guamá passou, tornando-se um dos maiores polos cerâmicos do Pará e os conflitos que ficaram marcados pelo crescimento desse setor, visando apresentar propostas que amenizem os conflitos territoriais.

Por esta razão, o objetivo deste artigo é compreender e analisar os fatores que estimularam e ainda estimulam conflitos no espaço urbano da amazônica e seus reflexos na estrutura urbana de São Miguel do Guamá. A partir da análise dos conflitos, busca-se compreender quais os conflitos existentes; apresentar propostas de gestão territorial que respeitem e incluam os sujeitos que produzem o território em São Miguel do Guamá; por fim, apresentar propostas de gestão territorial democráticas, a fim de amenizar conflitos territoriais em São Miguel do Guamá.

A realização deste trabalho, é de caráter teórico, com revisões de literatura sobre reestruturação amazônica e gestão territorial como estratégia de amenizar conflitos. Assim, utiliza-se os trabalhos de Becker (1995;1998), para compreender propostas de gestão territorial que valorizem a dinâmica regional; Tavares (2008;2010) para entender a formação do espaço amazônico, em especial o paraense; Santos (2008) para compreender os impactos das transformações no espaço ao longo do tempo e Porto-Gonçalves (2017) para apresentar os impactos dos modelos de desenvolvimento propostos para atender interesses econômicos do modo de produção capitalista. A partir dos conceitos abordados e compreendidos, apresenta-se propostas de gestão que sejam compatíveis com a realidade local de São Miguel do Guamá.

## GESTÃO TERRITORIAL SOB A ÓTICA GEOGRÁFICA

O território, definido e delimitado por e a partir de relações de poder como nos aponta Souza (1995), é a área da qual, não apenas se delimita fronteiras das quais se expressam identidades e estratégias de organização particulares. Ele é também, palco de conflitos em que diferentes grupos se manifestam por distintos interesses. Deste modo, é importante que os conhecimentos territoriais baseados na perspectiva geográfica, sejam fundamentais para se pensar a gestão do território.

Segundo Raffestin (2015, p. 20), “os territórios transformam-se de acordo com o ritmo das novas técnicas e isso ocorre tanto na cidade como no campo”. Isto quer dizer, que à medida que se reconfigura as estruturas de uma determinada área, há uma forte tendência a mudar as formas de organização social. Se pensarmos as estratégias de organização planejadas para Amazônia na segunda metade do século XX, veremos que as modificações estruturais vieram acompanhados pela intensificação de conflitos entre os que possuíam uma relação mais dinâmica com a região e os que tinham interesses mais lucrativos, segundo a lógica imposta durante o período em questão.

A produção territorial, tem um ponto de partida que inicia no passado. Ao pensar a história da Amazônia entendemos que todas as formas de organização do nosso processo de formação, se inicia com a chegada dos portugueses e o encontro com os grupos que aqui já estavam presentes. À medida que o tempo foi passando e novos ciclos econômicos foram ocorrendo, marcas foram sendo deixadas, isso gerou

diferentes percepções sobre a organização territorial. Mas para se pensar a gestão territorial, é fundamental entender quais são os interesses.

“A produção territorial é um processo complexo que devemos aprender a descrever e a entender para reproduzi-lo ou modificá-lo através do planejamento territorial, com objetivo de aperfeiçoá-lo e/ou projetar” (RAFFESTIN, 2015, p. 22). Sob o ponto de vista geográfico, é necessário pensar estratégias de organização que compreendam a estrutura física, social e econômica do território em questão. Na ocasião é perceptível que o território será palco dos conflitos em decorrência dos interesses que há sobre ele. Todavia, é somente por meio da identificação da origem desses conflitos que podemos analisar propostas de planejamento territorial que atendam o interesse de diferentes grupos sociais e os conflitos sejam amenizados.

Mas afinal, o que seriam esses conflitos? Eles podem se originar da disputa pelo acesso aos recursos escassos, dos valores e comportamentos de quem interfere nas ações reproduzidas no território, no confronto entre objetivos de curto e longo prazo e entre prioridades na ação, além da participação desigual na tomadas de decisões, das quais se excluem sujeitos em decorrência de outros. A tendência na ocasião é aumento de conflitos. “Os conflitos ganham complexidade diferenciada face à dificuldade para a resolução dos problemas implícitos: tratáveis, perversos e intratáveis” (PEREIRA, RAMALHETE, 2017, p. 11). Ainda de acordo com as autoras, os conflitos que ocorrem no território partem de ações de (re)produção e (re)apropriação de dinâmicas que transformam os territórios e potencializam os conflitos territoriais (PEREIRA, RAMALHETE, 2017).

“No conflito, pelo menos duas visões sobre um determinado problema se oferecem” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.77). Essas duas visões diferentes acarretam a necessidade de construir estratégias de gestão que amenizem as tensões, que por vezes podem levar a violências físicas e morais, e planejem a utilização de recursos territoriais com objetivo de atender diferentes grupos. Logicamente, que os conflitos irão permanecer, mas há necessidade de que alguém cumpra o papel de gestor no controle das tensões.

O controle das tensões deve ser organizado pensando estruturas de gestão territorial mais democrática e com participação dos grupos com seus diferentes interesses. É inegável que a priori será sempre tentativas de colocar diferentes pontos,

mas esses só se convergem se houver quem conduza de forma a atender demandas, de forma imparcial e democrática. Assim, entende-se que o Estado exerce papel fundamental, mas para que isso ocorra, não deve agir de forma a executar ações que atendam apenas interesses de grupos econômicos mais favorecidos, é preciso casar propostas de desenvolvimento econômico com preservação das relações sociais, culturais e ambientais que existem no território.

Segundo Becker (1998), a prática da gestão se expressa como uma nova forma de planejamento, incorporando princípios de relações de poder e governabilidade, superando a ideia de planejamento exclusivo para fins econômicos, trabalha-se com a perspectiva de planejamento das diferenças existentes. Assim a prática centralizadora do planejamento que muito foi abordada durante a década de 1970, “passou a necessitar; por um lado, do conhecimento da variedade de condições ecológicas e criativas locais e da informação acurada que escapou aos modelos agregadores até então utilizados” (BECKER, 1986<sup>2</sup> apud, BECKER, 1998, p. 56).

o novo modelo de gestão se fundamenta no uso máximo e ótimo das potencialidades locais em recursos naturais e humanos, e na gestão descentralizada do território, entendida como um processo em que os reforços do desenvolvimento são baseados na parceria construtiva entre todos os atores do desenvolvimento por meio da discursão direta, onde normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas, privilegia-se, assim, o poder local como base do desenvolvimento (BECKER, 1998, p. 55).

Partindo desses pressupostos de gestão, é fundamental compreender que há diferentes interesses, mas eles devem ser debatidos democraticamente, tendo em vista que quem produz o espaço territorial são os grupos sociais que neles existem, e não somente um grupo específico. Assim, é necessário compreender e analisar ações do passado para propor formas de organização que não fortaleçam os conflitos, mas que valorizem a dinâmica local. Sabendo desses fatores, é possível pensar formas de gestão territorial que compreendam a realidade amazônica e como o Estado pode exercer papel de incentivador da inclusão de diferentes sujeitos no desenvolvimento territorial, agindo de forma includente e não a interesses de grupos econômicos específicos.

---

<sup>2</sup> BECKER, BERTHA K. A crise do Estado e a Região: a estratégia da descentralização em questão. *Revista Brasileira de Geografia*, 1986.

## BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL ENTRE O SÉCULO XVII E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.

A formação da Região amazônica aconteceu entre o início do século XVII e meados do século XIX, e foi a partir desse período que os brasileiros passaram a organizar o território. Durante o período que ocorreu a invasão holandesa na região Nordeste, em especial Pernambuco e Maranhão, os portugueses sob ameaça se organizaram para ocupar áreas próximas a região amazônica, que também despertava interesse pelas matérias-primas das drogas do sertão. Assim, surge capitais como São Luís do Maranhão (1615), Belém (1616), Macapá (1636) e Manaus (1665). Em 1621, o Estado do Maranhão e Grão Pará, com sede em São Luís, é criado para fortalecer a atuação portuguesa na região. No entanto, em decorrência da importância econômica que Belém ganha e pela proximidade com as áreas onde se exploravam recursos como as drogas do sertão, cria-se o Estado do Grão Pará e Maranhão, desta vez com sede em Belém. Apesar de ser uma capitania do Brasil, os seus vínculos administrativos eram diretamente ligados a Portugal, até a independência do Brasil (TAVARES, 2011).

À medida que a ocupação portuguesa surge, novas cidades vão surgindo ao longo dos rios, ao mesmo tempo, uma massiva campanha de violência contra os indígenas ocorre para que eles não façam alianças com estrangeiros e enfraqueçam à Coroa portuguesa. A proteção do território amazônico e a captura de indígenas, passa pela construção de fortes, no século XVIII, além disso, introdução de missões religiosas, para pacificar os povos indígenas e evitar conflitos com os portugueses. Os jesuítas, que tinham poder de gestão por parte da Coroa, foram os principais responsáveis pela catequização e passaram a conquistar mais aldeias a montante dos rios, fortalecendo o caráter geopolítico do período que se baseava em: “comércio de drogas do sertão-aldeamento-fortalezas”.

Até esse período as missões religiosas possuem um caráter importante para formar missões, que tinham caráter de pequenos povoados as margens dos rios. Nesses locais, se desenvolviam atividades agrícolas ensinadas pelos jesuítas, mas com readaptação as formas de vidas na floresta. Essas formas de organização em que o conhecimento dos jesuítas se encontrou com os conhecimentos indígenas, deu base a formação social da Amazônia.

Na segunda metade do século XVIII, o governo colonial encarregou, Sebastião José de Carvalho de realizar reformas voltadas ao conhecimento geográfico do território, ao comércio e criação de unidades administrativas. Para isso houve expulsão dos jesuítas, ocupando as áreas de missões e transformando em vilas, e estímulo da Coroa pela miscigenação entre portugueses indígenas, consolidando a atuação portuguesa na região.

A transformação das antigas missões em vilas foi somente formal, porque de fato o que ocorreu foi a desestruturação da organização produtiva dos religiosos. Em consequência, se verificou o esvaziamento populacional dos núcleos do vale do rio Amazonas e a permanência de uma população residual que subsistia por uma associação de economia de subsistência com a 'economia natural' local. As iniciativas pombalinas só tiveram êxito no que se refere ao estímulo à agricultura de exportação, principalmente a do cacau. No entanto, se comparado ao Nordeste e Sudeste, o êxito foi modesto. Contudo, permitiu uma expansão das atividades agrícolas no Baixo Tocantins, em que Cameté, se tornou o principal centro de cultivo de cacau (TAVARES, 2011, p. 111).

De acordo com Corrêa (1987), entre o período que marca o final do século XVIII à primeira metade do século XIX, houve uma estagnação econômica na Amazônia. Duas razões contribuíram para o fator, “de um lado a extinção em 1778 da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e, de outro, o fato do panorama mundial não favorecer os produtos tropicais em geral” (p. 47). Esta recuperação só veio ocorrer após o final do século XIX, com a valorização da borracha no mercado europeu, o período em questão trouxe novos ares as cidades de Belém e Manaus, que vivenciou um boom econômico e um revigoramento da sua rede urbana, agora com novas estruturas de circulação de pessoas e mercadorias ao longo da floresta. A Amazônia foi inserida na Divisão Internacional do Trabalho, contribuindo com cerca de 90% da produção mundial em 1890. Todavia, este curto ciclo entrou em derrocada já no início do século XX, sendo superado pela Ásia e passando pelo processo de isolamento em relação as outras regiões brasileiras.

Só após os anos 1930, é que se vivencia formas de modificações na estrutura territorial brasileira, visando romper com os arquipélagos regionais, e assim, organizar o mercado interno. Isso foi um fator primordial para planejar formas de integração da região amazônica. Entretanto, é a partir desse processo que se inicia novas reconfigurações na região que vivenciou fortes ondas de exploração a partir dos anos 1960.



## REESTRUTURAÇÃO URBANA NA AMAZÔNIA

Segundo Porto-Gonçalves (2017, p. 15), a Amazônia é conhecida por ser uma área de grande bacia hidrográfica, extensas coberturas de florestas tropicais úmidas e com grande “vazio demográfico”. Não se pode negar que é ilusório observar a Amazônia apenas sob o ponto de vista ecológico, pois a região possui múltiplas características associadas à sua formação social. Essas características são resultados das transformações socioespaciais ao longo dos séculos, pois as constantes modificações no espaço trouxeram também novos conflitos, tornando os problemas amazônicos, muito mais que ambientais, mas também, sociais.

Todas as modificações presentes no espaço são resultado de acontecimentos relacionados as formas de organização espacial que ocorreram ao longo dos anos. De acordo com Santos (2008, p. 22), “a história não se escreve fora do espaço”, ou seja, a história não pode ser a-espacial, cabendo à geografia e às ciências do espaço interpretar a realidade espacial, ou o espaço do homem a partir dos fatos históricos mundiais e nacionais. Para Santos (1980), a estrutura espacial é, também, o passado no presente e funciona em respeito às leis atuais, mas o passado está presente. Desta forma, entende-se que as reconfigurações pelas quais passam a Amazônia é reflexo das transformações ocorridas no passado, de modo que, suas infraestruturas, suas desigualdades e seus conflitos só podem ser amenizadas se compreendermos o espaço como produto das transformações humanas ao longo dos séculos.

Do ponto de vista das infraestruturas urbanas da Amazônia, entende-se que o período da borracha foi promotor dessas modificações, pois não apenas as navegações estavam presentes, mas outros meios de transporte como ferrovias, contribuíram com o surgimento de vilas, não somente as margens dos rios, mas as margens das estradas de ferro.

Segundo Tavares (2011, p.15), entre as transformações socioespaciais desse período ressalta-se: “A transformação no espaço urbano de Belém e Manaus (calçamento, bondes, teatros, energia elétrica, portos, esgoto, mercado); A formação de uma rede dendrítica<sup>3</sup> na região; e a urbanização de alguns núcleos urbanos em

---

<sup>3</sup> De acordo com Corrêa (2006), as rede dendrítica, é uma forma de organização urbana mais simples, em geral, é uma cidade localizada a embocaduras de áreas navegáveis, sendo porta de entrada e saída de sua hinterlândia.

função do estímulo à migração Nordestina (1900) – para trabalhar com a borracha e na agricultura para abastecer as cidades”. Todavia, a riqueza de tal período não desenvolveu a região, o sistema extrativo produziu uma estrutura social “com milhares pobres e minoria rica”, pois a renda se formava pelo trabalho desses pobres, enquanto a renda concentrava-se nas mãos da burguesia e seringalistas. Além disso, a circulação de dinheiro estava mais concentrada em Belém, Manaus e no mercado internacional, fazendo com que nas demais áreas da região, apenas a extração da borracha fosse predominante.

Com o fim do ciclo da borracha, essa desigualdade ficou ainda mais acentuada. Com a Amazônia mais dependente de uma agricultura interna, o ciclo de ouro ficou apenas como parte de um passado luxuoso, que embora não tenha atendido a todos, ainda sim trouxe obras que modificaram o espaço amazônico. Somente com a chegada de Vargas em 1930, é que políticas de integração nacional, colocaram novas possibilidades para que a Amazônia não ficasse como uma região a parte do Brasil. Mas foi com JK a partir dos anos 1950, que os primeiras obras foram executadas com objetivos de explorar economicamente a região e integrá-la ao restante do país com a construção da rodovia Belém-Brasília. Desde então, as configurações da região amazônica passaram a atender uma estrutura geopolítica alinhada a lógica capitalista.

De acordo com Santos (2018), no terceiro terço do século XX, foi alcançado a urbanização brasileira. Esse fato, ocorreu em decorrência dos investimentos realizados nas grandes cidades e modificações nos espaços rurais. A cidade, passou a ser palco e principal fonte de serviços por estas concentrarem empregos no terceiro setor para uma população com baixa qualificação. Em maior ou menor proporção, foi por conta dos avanços das infraestruturas de integração nacional que surgiram e cresceram cidades.

Segundo Porto-Gonçalves (2017, p. 63) “A Amazônia também tem passado por intenso processo de urbanização nos últimos 30/40 anos e, assim, há uma demanda crescente de energia da própria região”. Na Amazônia, os grandes investimentos em infraestrutura, geraram não somente exploração dos recursos naturais, mas surgimento de cidades e alterações nas formas de organização urbana da Amazônia.

O processo de ocupação da Amazônia durante a década de 1960, não só criou infraestruturas, como aumentou o número de habitantes na Amazônia, ainda que esta possua a menor densidade demográfica do país, pois, nem todas as áreas são propícias

a habitação humana. Porém, a ocupação e construção de cidades na Amazônia, veio acompanhada de um intenso processo de exploração da vegetação nativa e aumento dos conflitos. Se a migração nordestina já foi um fator forte durante o ciclo da borracha, a partir da década de 1960 com abertura da transamazônica e criação de projetos voltados a exploração mineral, essa migração foi intensificada a outras áreas da região, sobretudo as mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Esses fatores levaram ao surgimento de novos centros urbanos e novas formas de organização do espaço amazônico. Segundo Ribeiro (2014), na região amazônica a urbanização se desenvolveu de forma desigual e combinada, gerando dois padrões de rede urbana, considerando suas formações socioespaciais: padrão dendrítico e padrão complexo<sup>4</sup>. Esses fatores conferiram a Amazônia novas formas de organização, acompanhado de necessidades de planejamentos para amenizar conflitos resultantes dessas reestruturações.

A reestruturação da rede urbana e os novos papéis conferidos às cidades confirmam a dinâmica de uma nova estrutura produtiva e do mercado de trabalho na Amazônia Oriental, o que implicou, necessariamente, na ruptura de antigos padrões de organização espacial (TRINTADE JR, 2016, p. 47).

Os Grandes Projetos destinados à Amazônia entre 1960 e 1980, atraiu um contingente populacional, sobretudo de nordestinos. Embora a região amazônica, tenha passado por modificações desde o período da colonização portuguesa, que fez surgir vilas e cidades as margens dos rios amazônicos, não houve uma reconfiguração nas formas de acesso. Mas a partir da segunda metade do século XX, houve uma intensificação do papel do Estado na criação de infraestruturas que conectassem as regiões brasileiras, nesse processo a Amazônia foi incorporada com a construção de estradas e projetos de extração dos recursos vegetais e minerais. Em muitas áreas próximas a construção da hidrelétrica de Tucuruí, Projeto Grandes Carajás, das rodovias Cuiabá-Santarém, Transamazônica, além da Belém-Brasília, principal estrada construída para ligar a Amazônia aos demais estados do Brasil, ainda no período JK. Assim, surgiram cidades que se consolidaram sobre a exploração da

---

<sup>4</sup> De acordo com Corrêa (2006), as redes urbanas ditas com complexas, podem ser consideradas como áreas de hinterlândia, com influências regionais, variedades de padrões locais de centros – confluências de rios, diferentes áreas de produção, área povoada, com concentração urbana-industrial

vegetação nativa, seja com a mineração ou extração de madeiras, fazendo com que ocorresse uma reconfiguração nas formas de ocupação amazônica.

As reconfigurações urbanas na Amazônia, trouxeram marcas que são vivenciadas até os dias atuais. É inevitável que se mude os ocorridos, mas é fundamental construir projetos de participação popular para desenvolvimento de novas estruturas para região. Estruturas que considerem sua história, sua diversidade biológica e social, além de considerar o potencial econômico que a região oferece.

Pode-se dizer que a Amazônia é uma região que nos oferece a possibilidade de uma análise crítica, sendo possível compreender suas múltiplas características, sejam elas físicas ou sociais. E são esses fatores que despertam interesses geopolíticos sobre a Amazônia, sendo palco de conflitos. Portanto, é fundamental criar propostas de gestão territorial que abarquem as singularidades da região e vise amenizar os conflitos existentes com participação do Estado, dos agentes econômicos e das populações amazônicas para que assim, criem-se estruturas urbanas menos desiguais para a região.

## **SÃO MIGUEL DO GUAMÁ: PALCO DAS RECONFIGURAÇÕES URBANAS NA AMAZÔNICA**

1872

Com a construção da Belém-Brasília, surgem vilas, cidades e alguns municípios foram emancipados dado ao número de habitantes que foram aumentando as margens da rodovia. Entretanto, esta organização não ocorreu de forma planejada e nem desempenhou um papel de habitação que prezava pela utilização de uma cidade que atendessem a todos os sujeitos. As vilas e os municípios que surgiram, passaram a ser ocupados de forma desorganizada, desempenhando, inicialmente, um papel de exploração de recursos que atendiam necessidades locais, seja da capital Belém ou de cidades próximas, que concentravam um maior percentual de população.

De acordo com Tavares (2008, p. 71) “na década de 50, inicia -se a implementação de projetos de integração da Amazônia”. A exemplo da inauguração da Belém-Brasília, em 1955. Além da construção da estrada que seria a principal ponte de ligação terrestre entre Amazônia e eixo Centro-Sul, criam-se órgãos para estabelecer políticas de migração e organização econômica dentro da própria região. Na ocasião, é criada a Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), em 1953, esta mais tarde, passaria a se chamar Superintendência de

Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e planejou a implementação de projetos particulares e públicos na região. Com abertura de estradas e vicinais, inicia-se uma maior mobilidade populacional para a Amazônia e a busca de terras devolutas, mas além de gerar conflitos por terra, também foi responsável pelo surgimento de vilas, povoados e cidades, que segundo Tavares (2008) fez agravar a luta pela Terra.

Ainda de acordo com Tavares (2008), houve um novo surto de municipalização sendo criados e recriados novos municípios a exemplo de: Benevides, Capitão-Poço, Jacundá, Limoeiro do Aijuru, Magalhães Barata, Peixe-Boi, Primavera, Santa Cruz do Arari, Santana do Araguaia, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá e São Félix do Xingu, Paragominas, Bonito e o município de São Miguel do Guamá que foi desmembrado de Bonito em 1963, todos esses municípios foram criados durante a década de 1960 e estavam sob a influência da Belém-Brasília e suas vicinais.

Nesta análise, preza-se por uma atenção especial ao município de São Miguel do Guamá, que com abertura da Belém-Brasília e chegada de migrantes passou a desenvolver novas atividades econômicas que não estavam mais totalmente ligadas a extração de recursos da Floresta, a exemplo da indústria de cerâmica que atualmente é um dos principais setores econômicos do município. São Miguel do Guamá está localizada à margem direita do Rio Guamá, há 143 km de distância de Belém (PA). Além disso o município fica próximo de importantes cidades do estado: Castanhal, que ocupa a 6ª maior população do estado, Santa Maria do Pará, que é ponto de encontro entre a capital Belém e municípios do Norte e Nordeste paraense e a saída do estado pela BR-316 ou pela BR-010 (Belém-Brasília).

Segundo Leite, Sombra e Sombra (2018), as principais atividades econômicas do município de São Miguel do Guamá estão concentradas nos setores da indústria, agricultura, pecuária, comércio, extrativismo vegetal (carvão vegetal e lenha) e aglomerados minerais para a construção civil. Entre os produtos oriundos do extrativismo, encontra-se o açaí e a madeira, sendo o carvão vegetal, a lenha e a madeira em tora os principais produtos. Cabe destacar que a lenha é uma das principais fontes de energia os fornos que abastecem um dos principais setores industriais do municípios, a indústria de cerâmica.

A localização de São Miguel do Guamá e a chegada dos migrantes de outros municípios paraenses, cearenses, paraibanos e mato-grossenses fez surgir na década de

1960, atividade ceramista como um dos mais importantes setores da economia municipal.

A migração provocou aumento da produtividade, dos fluxos e da pressão sobre o recurso mineral argila, bem como a apropriação de extensas áreas do município. Tal fato ocorre porque a atividade industrial ceramista assumiu o papel de principal empreendimento econômico que aportou no lugar (LEITE, SOMBRA E SOMBRA, 2018, p. 20)

Por conta da construção de rodovias no Nordeste paraense, houve facilidades para comercialização de produtos oriundos da argila com os principais mercados consumidores da cerâmica de São Miguel do Guamá, Belém e Salinópolis. Este fator faz com que o Pará se tornasse um dos mais importantes nesse setor, sendo que São Miguel do Guamá, abriga o principal distrito de cerâmica do Norte com “um total de cerca de 6 mil empresas no país, a cerâmica vermelha brasileira apresenta um faturamento anual de R\$ 9 bilhões” (LEITE, SOMBRA e SOMBRA, 2018, p. 16).

Mas além desse setor, existe também a produção de produtos vegetais que ainda continua tendo grande representação econômica, o açaí. De um lado, uma produção com uso direto dos recursos da floresta e outra que necessita de infraestruturas e maquinarias que causam maiores impactos ao meio ambiente. Se por um lado, um produção tem uma relação mais direta com a floresta, a outra atende a construção civil paraense e gera emprego e renda no município.

Há nesse aspecto duas formas que se incorporam em uma Amazônia de urbanização mais dendrítica e outra mais complexa. Isso se fortaleceu com a chegada de projetos de infraestruturas que não levaram em consideração a dinâmica local e regional. Os conflitos territoriais em São Miguel do Guamá são fortalecidos com as mudanças que ocorreram a partir da segunda metade do século XX. Esse fato aponta para necessidade de desempenhar uma gestão territorial que atendam o interesse de diferentes agentes a fim de evitar conflitos.

## **GESTÃO TERRITORIAL APLICADA AO DESENVOLVIMENTO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ**

A gestão territorial, é chave importante para que se possa compreender os diferentes interesses pelo território e assim se evite conflitos de todas as espécies. É no ambiente democrático que há possibilidade de se construir alternativas de desenvolvimento mais responsáveis e includentes. O Estado tem papel decisivo na

atuação, mas não para agir de modo que atenda interesses de grupos específicos, e sim atender os diversos interesses pelo uso do território. Respeitada essa dinâmica criam-se formas de conscientização sobre organização territorial destinada a todos os habitantes.

Além disso, para que o setor privado atue em determinados locais, é necessário está presente dentro dos ambientes de construção e planejamento das propostas de desenvolvimento, mas não como os que irão ser privilegiados e sim como parte do processo de organização territorial. É necessário respeitar as condições debatidas na construção do plano de desenvolvimento, respeitando as condições ambientais, sociais, culturais e econômica.

Segundo Egler (1995), as metas de desenvolvimento nas diversas escalas de gestão, devem propor espaços de negociação entre os agentes com distintos interesses pelo território. Isso leva-nos a apontar caminhos de gestão democrática na construção de projetos para Amazônia e, também, São Miguel do Guamá. Todo e qualquer projeto que vise modificar as estruturas territoriais da Amazônia, sejam elas urbanas, agrárias, ecológicas e sociais devem primeiro compreender qual é o papel da Amazônia para os povos presentes na região e qual a função da dela nos planos de desenvolvimento do Brasil.

É necessário compreender a dinâmica de cada local, apesar da Amazônia ser uma só, ela é diversa, tem histórias e modos de se construir diferentes. A partir do processo de reestruturação proposto durante a segunda metade do século XX, cada município ou microrregião amazônica, seguiu uma estrutura específica. Segundo Trindade JR. (2016), a reestruturação da rede urbana e os novos papéis que foram atribuídos as cidades amazônicas, confirmaram uma nova dinâmica de produção, alterando as formas de trabalho, de gestão e utilização dos recursos naturais. Isso implicou na ruptura de antigos padrões de organização e fortaleceu “o caráter disseminado e pulverizado em que ocorreram os investimentos econômicos e as ações governamentais da região” (p. 47).

São Miguel do Guamá, por exemplo, não passou pelo processo de transformação na região amazônica ileso, além de ter emergido como município, desenvolveu uma atividade que seguiu uma lógica econômica de exploração + lucro, mudando inclusive, as formas de pensar sobre a dinâmica local. Como já foi dito

anteriormente, a abertura da Belém-Brasília, a chegada de migrantes no município e proximidade com importantes mercados consumidores, fortaleceu a atividade ceramista que depende de recursos naturais como argila e madeira transformada em carvão vegetal. A indústria cerâmica, tornou-se um dos principais setores econômicos e um dos maiores polos do Pará, isto fez com que o setor ganhasse apoio de boa parte da população, por se tratar de uma atividade que de certo modo gera emprego e renda.

Por outro lado, existe também a produção de produtos vegetais que ainda continua tendo grande representação econômica, a exemplo do açaí. Essas duas das atividades econômicas devem ser contempladas nos projetos gestão territorial para São Miguel do Guamá, visando atender os interesses dos diferentes agentes econômicos presentes. Se por um lado, uma produção tem uma relação mais direta com a floresta, a outra atende a construção civil paraense e possibilita melhorias nos rendimentos econômicos do municipais.

De acordo com Cordovil e Nahum (2011, p. 71), “o polo cerâmico guamaense em pouco mais de duas décadas se consolidou como uma das principais atividades econômicas do município, uma vez que ele contribui para o crescimento da economia local”. A instalação das indústrias de cerâmicas em São Miguel do Guamá, gera financeiramente a renda de um salário-mínimo aos trabalhadores guamaenses, contribuindo com o PIB per capita. Deste modo, não se pode negar que o papel econômico das indústrias ceramistas é positivo na geração de emprego. Ainda que estes possuam suas contradições, quanto as melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores.

Em relação ao açaí, por ser um alimento bastante consumido na região Norte e por ser o Pará um dos maiores produtores do Brasil, São Miguel do Guamá não fica de fora. Segundo o IBGE (2019), São Miguel do Guamá está entre os 20 municípios do Pará que mais produziram açaí no ano de 2019, 3.600 toneladas, mas em comparação a municípios como Cametá, que produziu 746.585 toneladas no mesmo ano, ainda é ínfimo. Isso é refletido pelo fato de da produção de açaí abastecer muito mais o consumo local. Entretanto, o valor obtido com a produção foi de aproximadamente 58%, ficando na 8ª colocação de valor ganho com produção, de acordo com IBGE (2019).



De acordo com o Andreta *et al* (2017), a demanda pelo consumo local de açaí é bastante elevada, por conta da facilidade de plantação e produção do sulco do açaí no próprio município, sendo esta uma atividade que ocorre o ano inteiro, é uma das principais fontes de renda familiar. Ela difere da produção de cerâmica, por não exigir um número de instrumentos mais apropriados. Entretanto, não deixa de ser uma importante atividade econômica para a população local.

Embora a produção de açaí seja importante para a comunidade local, ela não é a principal produção, em decorrência da grande produção de cerâmica que acaba sendo o principal atrativo comercial de São Miguel do Guamá. Mesmo não havendo conflitos diretos entre esses dois setores, é importante que haja investimentos governamentais em produções como a do açaí, para que haja diversificação produtiva no município. É a partir da identificação dessas produções, que se entende que as propostas de gestão territorial devem despertar na população o interesse pela valorização da diversidade local, para que outras produções para além da cerâmica ganhe força, pois isso ajuda não só os produtores de açaí, como evita possíveis riscos de crise local pela dependência de um único setor.

O desenvolvimento é alcançado quando os impactos socioeconômicos geram o menor nível de desigualdade e a participação popular é efetiva. Segundo Cordovil e Nahum (2011), o desenvolvimento, em suas diferentes escalas, resulta da combinação entre as forças políticas locais, representadas por quem está no poder e por quem se opõem, pelas forças econômicas (empresários e trabalhadores) e a sociedade em geral. Em relação ao município de São Miguel do Guamá, o autores afirmam:

Se ele é o resultado da combinação de forças, percebeu-se que as indústrias cerâmicas não são as únicas responsáveis pelo progresso, pela modernização econômica do território guamaense, pelo bem-estar da sociedade e pelo estímulo à cidadania. Neste sentido, elas têm apenas uma fatia de participação nesse processo (CORDOVIL; NAHUM, 2011, p. 76)

Isto quer dizer, que não são os proprietários da indústria de cerâmica que sozinhos podem gerar o desenvolvimento, mas a sociedade civil e todos os agentes que contribuem com a construção do município. Daí a gestão territorial, participativa, ter importância fundamental para criar propostas de desenvolvimento ao município. Além disso, é fundamental que se valorize os conhecimentos locais e ecológicos, e os

alinhem com novos aparatos tecnológicos, pensando melhorias na qualidade de vida da população.

A apropriação de territórios e ambientes como reserva de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, é uma forma de controlar o capital natural para o futuro, sobretudo o controle de biodiversidade, na medida em que é a fonte de conhecimento dos seres vivos, o que vale dizer, fonte de poder. (BECKER, 1995, p. 293).

Para que as oportunidades de emprego, renda e impostos sejam geradas pelo setor da cerâmica, é necessário agregar mais valor ao produto. Ou seja, inserir mais tecnologias, melhorar máquinas e equipamentos, e qualificar a mão de obra. Essas ações são necessárias para que a produção do município não fique concentrada apenas em uma escala local e microrregional, mas que possa competir com outros espaços no país. Mas além disso, é fundamental que os empresários do ramo de cerâmica, compreendam a importância ecológica para gerações futuras, e é necessário que se desperte isso na conscientização popular (CORDOVIL; NAHUM, 2011).

Assim, aponta-se para o fato de que a gestão territorial em São Miguel do Guamá deve seguir alguns princípios importantes para pontuar propostas de desenvolvimento: 1- conhecimento sobre a biodiversidade cultural e ecológica do município, entendendo sua dinâmica local; 2- fortalecer setores econômicos que geram emprego e renda, principalmente nas áreas urbanas, a exemplo, da indústria de cerâmica com investimento e tecnologia e melhorias na qualificação da mão de obra; 3- reconhecer a importância de outros setores econômicos para diversificar a economia, a exemplo do açaí, valorizando a produção e a dinâmica da floresta; 4- incentivar a participação popular, empresarial e política na construção de um município com diversificação econômica e ecológica para garantir a utilização dos recursos naturais de forma equilibradas as gerações futuras.

Neste sentido, seria o Estado, na figura das representações públicas, o responsável por agregar o interesse dos diferentes grupos sociais e econômicos pelo uso do território. Na gestão territorial se colocaria os apontamentos dos diferentes para construir propostas convergentes de desenvolvimento, isso a priori, poderia gerar conflitos, mas se a condução ocorresse de forma imparcial, torna-se uma perspectiva para amenizar disputas territoriais. O primeiro passo é não repetir estratégias de

desenvolvimento do passado, onde ocorreram reconfigurações que apenas beneficiariam grupos sob a lógica do capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental, que a gestão territorial promova organização e promoção do com desenvolvimento ouvindo os diferentes interesses pelo uso do território. Ao longo deste artigo, buscou-se analisar-se sob uma perspectiva geográfica a gestão territorial pensando a região amazônica, em especial as formas de organização para amenizar conflitos pelos diferentes interesses econômicos no município de São Miguel do Guamá. Entende-se que as relações desencadeadas entre homem e natureza, não podem ser executadas sem que haja uma participação efetiva do Estado, populações locais e entidades privadas que contribuem com a organização territorial. É partindo desses princípios e respeitando a dinâmica da natureza, que o desenvolvimento pode ser alcançado de forma equilibrada e com diminuição de conflitos territoriais.

Pensando a gestão territorial na região amazônica, não se pode planejar a organização do território sem levar em consideração as estratégias de “desenvolvimento” ocorridas em um passado recente. Desta forma, o primeiro passo é não repetir estratégias de desenvolvimento adotadas de modo exclusivamente exploratório, onde ocorreram reconfigurações nas formas de organização urbana e intensificação de conflitos pelo usos dos recursos naturais. A geopolítica dos Grandes Projetos destinados a Amazônia causaram efeitos danosos por se preocupar com criação de infraestruturas, mas não levar em conta a identidade das populações locais. E é esse o papel que gestão territorial deve adotar: ouvir os diversos interesses para amenizar conflitos.

Ao longo dos séculos a Amazônia passou por diversas modificações de acordo com os ciclos econômicos a qual passou, mas foi a partir das modificações geradas pelos Grandes Projetos na segunda metade do século XX, que conflitos territoriais foram intensificados pela falta de gestão que respeitassem a realidade local. Deste modo, conflitos pela terra, conflitos pelo uso dos recursos naturais e conflitos pela valorização da identidade dos povos nativos existem e precisam ser debatidos para que haja garantias de melhorias na qualidade de vida dos povos amazônicos. No caso de São Miguel do Guamá, é importante citar o papel da indústria de cerâmica, mas sem deixar

de apontar estratégias de diversificação produtiva que valorizem recursos naturais, como o açaí e outros produtos naturais.

Deste modo, é importante frisar que o processo de desenvolvimento não depende apenas da geração de emprego e renda em um município por meio de um único setor. A gestão ambiental deve organizar debates sobre os diferentes interesses do Estado, setor privado (em especial a indústria de cerâmica), populações urbanas e rurais para criar propostas de desenvolvimento que respeitem a dinâmica da floresta amazônica, que respeitem o meio ambiente e que estabeleçam qualidade de vida e sustentabilidade. Outro ponto importante, é que os empresários devem prezar pela valorização da população, respeitando suas histórias, cultura e formas de relações com a tradições da população, bem como as suas formas de se relacionar com o espaço. A participação do Estado torna-se fundamental nesse processo, pois além de contribuir com a vida econômica e social, pode também estabelecer planos e políticas de conscientização da população no cuidado ao meio ambiente e na cobrança para que as indústrias ceramistas sigam as recomendações ecologicamente corretas.

Por fim, entende-se que a gestão territorial que coloca em debate os diferentes interesses territoriais, é o caminho positivo para o planejamento urbano, agrário e econômico, pois por meio dele é possível criar estratégias de melhorias que atenda a todos os grupos, mas para isso conta-se com formas de organização que sejam imparciais e não apenas ligadas a ótica lucrativa.

## REFERÊNCIAS

ANDRETA, Helton Kania et al. A cultura do açaí no município de São Miguel do Guamá, Pará. II Congresso Internacional das Ciências Agrárias – COINTER-PDV AGRO, Teresina-PI, ISSN: 2526-7701, 2017. Disponível em: <<https://cointerpdvagro.com.br/wp-content/uploads/2018/02/A-CULTURA-%C3%87A-%C3%8D-NO-MUNIC-%C3%8DPIO-DE-S-%C3%83O-MIGUEL-DOGUAPAR-%C3%81.pdf>>. Acesso em: 15/02/2021.

BECKER, Bertha Koiffmann. A geopolítica na virada do milênio: Logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Elias de; CORRÊA Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, Bertha K; CHRISTOFOLETTI, Antônio; DAVIDOVICH, Fany R.; GEIGER, Pedro P. A Geografia e Meio Ambiente. 2ª

edição. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Hucitec, 1998. CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. Revista brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, p.1 a 164 jul./set. 1987. ISBN 0034-723X. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1987\\_v49\\_n3.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1987_v49_n3.pdf)> . Acesso em: 20/02/2021.

\_\_\_\_\_. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORDOVIL, Gilber Valério; NAHUM, João Santos. Indústrias Cerâmicas e Desenvolvimento Territorial em São Miguel do Guamá, PA. Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 2, n. 4, p. 65-93, 2º semestre de 2011. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/974>> . Acesso em: 16/02/2021.

EGLER, Claudio A. G. Questão Regional e Gestão do Território no Brasil. In: CASTRO, Elias de; CORRÊA Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

IBGE. Produção Agrícola Municipal (2019). SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613>>. Acesso em: 10/02/2021.

LEITE, Alegria; SOMBRA, Daniel; SOMBRA. Desenvolvimento local e gestão de recursos naturais em São Miguel do Guamá (Pará/Brasil): aprendizagem territorial, cooperação e inovação no arranjo produtivo local de indústrias ceramistas”, Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, abril de 2018). Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/oel/2018/04/gestao-recursos-naturais.html>> Acesso em: 15/02/2021.

PEREIRA, Margarida; RAMALHETE, Margarida. Planejamento e conflitos territoriais: Uma leitura na ótica da (In)justiça espacial. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, LII, 104, 2017, pp. 7-24. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/6972doi:10.18055/Finis6972>>. Acesso: 15/02/2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. 1ºed: Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. 112p.

RIBEIRO, Rovaine. A política de habitação de interesse social e a dimensão urbana em municípios da Amazônia/Pará. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-15072015-134752/pt-br.php>> . Acesso em: 27/01/2021.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e suas representações. in: SAQUET, Marcos Aurélio; Sposito, Eliseu Savério. Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. 368p.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 1980. 236p

\_\_\_\_\_. Da totalidade ao lugar. 1<sup>o</sup> ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 176p.

\_\_\_\_\_. A urbanização brasileira. 5<sup>a</sup> edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. 176p.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Elias de; CORRÊA Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação dos municípios. Revista ACTA Geográfica, ANO II, n<sup>o</sup>3, jan./jun. de 2008. p.59-83. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/204>> Acesso em: 10/02/2021.

\_\_\_\_\_. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N<sup>o</sup> 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74209>>. Acesso em: 22/02/2021.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair, Cordeiro. Da Formação metropolitana de Belém Da Formação metropolitana de Belém (1969-1997). 1 ed. - Belém-PA: Paka-Tatu, 2016. 392p.